

BOLSONARO PRESIDENTE

Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900010010>

RONALDO DE ALMEIDA*

RESUMO

O artigo analisa a articulação entre evangélicos e conservadorismo na crise brasileira. Minha hipótese é de que uma parte significativa desse segmento religioso compõe, de diferentes maneiras e intensidades, o processo social mais amplo que tem sido denominado no debate público nacional e internacional como uma *onda conservadora*, cujo desdobramento mais recente foi a eleição, em 2018, de um presidente com retórica de extrema direita: Jair Bolsonaro.

PALAVRAS-CHAVE: *Bolsonaro; conservadorismo; evangélicos; eleição 2018; crise política.*

Bolsonaro President: Evangelicals, Conservatism, and Political Crisis

ABSTRACT

The article analyzes the articulation between evangelicals and conservatism in the Brazilian crisis. My hypothesis is that a significant part of this religious segment composes, in different ways and intensities, the broader social process that has been termed in the national and international public debate as a *conservative wave*, whose most recent deployment was the election, in 2018, of a president with extreme-right rhetoric: Jair Bolsonaro.

KEYWORDS: *Bolsonaro; evangelicals; conservatism; 2018 elections; political crisis.*

[*] Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: ronaldormalmeida@gmail.com

[1] Agradeço aos amigos Gustavo Rossi, Rodrigo Toniol e Gabriel Feltran a leitura comentada de um texto mais amplo a partir do qual elaborei este artigo.

INTRODUÇÃO¹

Este artigo analisa o conservadorismo e os evangélicos na crise brasileira desencadeada com os protestos de rua de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e cujo desdobramento mais recente foi a eleição de um político de extrema direita, em 2018. Parcela significativa desse segmento religioso compõe o processo social de alcance mais amplo denominado no debate público de *onda conservadora*, a qual articula, em níveis diferentes, pelos menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, secu-

ritariamente punitiva e socialmente intolerante. Nem todos os conservadores são evangélicos, nem todos os evangélicos são conservadores, mas em quais momentos, entre quem, onde e como conservadorismo e evangelismo articularam-se na crise brasileira contemporânea, que teve como um dos decantados principais a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República?

Conservadorismo é um conceito associado a processos e contextos históricos específicos.² Todavia, o termo tornou-se comum nos debates públicos brasileiro e mundial contemporâneos, sendo constantemente acionado nos noticiários de televisão, na imprensa escrita e nas redes sociais digitais com uma profusão de sentidos razoavelmente elásticos; por vezes, é identificado de modo excessivo e impreciso com fascistas, se na política, ou com fundamentalistas, quando na religião. Parafraseando Geertz, quando escreveu que no mundo contemporâneo “há coisas demais a que se quer dar o nome de ‘religiosas’” (Geertz, 2001, p. 151), muitas coisas são chamadas de conservadoras ou arroladas enquanto tais em um mesmo grande movimento.

Olhando de sobrevoos aquilo que é percebido no debate público como fazendo parte da *onda*, as alternativas são bastante variadas e possuem velocidades diferentes conforme as nacionalidades e regiões do mundo. Diversas análises tendem a concordar quanto ao declínio da democracia liberal e ao endurecimento repressivo de regimes políticos escolhidos via procedimentos democráticos (Castells, 2018; Levitsky; Ziblatt, 2018; Runciman, 2018). Nas recentes eleições na Europa, destacaram-se partidos de direita ou extrema direita, os quais, se não chegaram a vencer os pleitos, tiveram um bom desempenho nas urnas, como na França, onde o Partido Socialista praticamente colapsou, e no Reino Unido, cuja saída da Comunidade Europeia (o Brexit) foi um fechamento protecionista contra, sobretudo, a chegada de imigrantes europeus e não europeus. Sem falar dos Estados Unidos e da eleição de Donald Trump, com seu discurso antiglobalista (Hochschild, 2016) e pós-fascista (Bianchi, 2018).

Cabe destacar também a própria derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, onde, durante os anos 2000, alguns países, agindo em bloco e com relativa liderança do Brasil, procuraram construir uma posição menos alinhada com a política externa dos Estados Unidos. Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010 pela corrupção e também como consequência de rupturas com o *status quo* social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países.

[2] A crítica conservadora à Revolução Francesa — especificamente as reflexões de Edmund Burke — é a referência canônica do pensamento conservador moderno (Kirk, 2016; Huntington, 1957). No sentido inverso ao da revolução, a conservação das instituições, por meio da prudência e em nome da ordem, foi o cerne do moderno pensamento político conservador.

Segundo Kurlantzick (2013), em análise do contexto mundial, as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias.

Entendo conservadorismo como a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso — como um corredor inclinando para a próxima passada, conforme a bela imagem do historiador François Hartog, ao qual voltarei adiante (Hartog, 2014). A metáfora da *onda*, por sua vez, significa um movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido, mas, evidentemente, isso não ocorre sem contraforças e pontos de fuga, de tal modo que a situação política tem sido de persistente e reificada polarização, que se intensificou a cada novo evento eleitoral, tanto no sistema político como na população.

Contudo, antes de analisar o recente processo eleitoral, cabe uma reflexão inicial sobre a crise brasileira iniciada com as manifestações de junho de 2013 e que se estendeu pelo menos até as eleições de 2018. Em suma, como chegamos até aqui?

FATIANDO A CRISE

Jargão do debate público, o termo “crise” é muitas vezes utilizado de maneira genérica, sem precisão ou reduzido a conflitos políticos rotineiros — para os que se encontram no poder instituído, “incêndios” são desafios constantes. Fugindo desse sentido mais ordinário, compreendo o termo a partir de sua excepcionalidade, da alta instabilidade e pouca previsibilidade, além da capacidade de inflexões e mudanças, sendo mais desestruturante do que as situações de tensão próprias da dinâmica política.

Em uma tomada mais geral, conforme a crise no Brasil se aprofundou, prolongando-se aos dias atuais, ampliaram-se também as suas dimensões. Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também com implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos). Em outras palavras, um fato social total *stricto sensu*.

Nomeei esse subitem de “fatiando a crise” por entender que sua complexidade exige como procedimento a decomposição dos espaços de interação política e das temporalidades do processo social que são permeáveis e atravessados pelas linhas de forças sociais comuns citadas no início. Esses vetores têm se desenrolado em escalas e ritmos

distintos, porém conectados entre si. Não parto, no entanto, de uma conceituação específica de crise, mas articulo algumas noções para referenciar a análise do processo social pelo qual passa o país.

EM TABULEIROS

Para começar, valho-me de uma imagem formulada pelo helenista francês Jean-Pierre Vernant a propósito da dinâmica do mundo dos deuses gregos, a saber: a imagem de um jogo não somente com muitos jogadores, mas também com vários tabuleiros.

O primeiro tabuleiro, ou arena de interação política, compreende os sistemas político e jurídico, que em boa medida estão sujeitos à mediação dos grandes veículos de comunicação com a população mais geral. Trata-se da esfera estatal onde ocorre a atuação dos agentes práticos da política institucional e do ordenamento jurídico. No que diz respeito aos poderes Executivo e Legislativo, um dos resultados mais indiscutíveis da atual conjuntura tem sido a desqualificação da representação política, que, por princípio, seria corrupta ou leniente com a corrupção. A crise, até agora, desgastou de modo consistente a legitimidade dos políticos e da própria política.

Não que ela tenha um valor consolidado na história brasileira. O contrário é mais verdadeiro. A atividade política em poucos momentos gozou de prestígio na opinião pública nacional, que sempre a viu com desconfiança, quando não de modo incriminador. A novidade mais recente foi a perda da bandeira da ética pelo campo político à esquerda, sobretudo pelo papel desempenhando pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O discurso dos setores à esquerda sobre ética na política — que já se encontrava sob suspeita em alguns governos estaduais e municipais anteriores às eleições de 2002 — começou a ser demolido de maneira consistente ainda durante o primeiro governo Lula (2003-06), em torno do escândalo do Mensalão, cujo julgamento, em 2011 e 2012, foi sucedido por outro escândalo de corrupção na Petrobras (o Petrolão). Tudo isso aprofundou o descrédito dos políticos e da política (à esquerda, ao centro e à direita) a ponto de gerar em parte da população nas duas últimas eleições o desejo por opções vindas de fora do sistema político ou, de maneira mais radical, contrárias a ele.³

Em contrapartida ao descrédito da política, o julgamento do Mensalão conferiu ao Poder Judiciário significativa legitimidade junto à população, em especial pela atuação do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa. Como corolário, até meados de 2015, especulou-se muito sobre a possibilidade de o Judiciário funcionar como uma espécie de poder moderador,⁴ principalmente no conflito entre o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e a então chefe do Executivo, Dilma Rousseff.

[3] Por exemplo, a campanha de João Doria (PSDB) à Prefeitura de São Paulo, em 2016, que enfatizou a figura do gestor em detrimento da do político; e a de Jair Bolsonaro (PSL), em 2018, que se apresentou como alguém crítico da “velha política” e admirador do regime militar.

[4] Ver <https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/stf-e-o-novo-poder-moderador-da-republica-diz-toffoli/>.

[5] Merecem destaque os juizes Sérgio Moro e Marcelo Bretas e os procuradores Rodrigo Janot, Raquel Dodge e Deltan Dallagnol.

Entretanto, se a alta corte estava inicialmente em uma posição distante do núcleo da crise, tornou-se parte do problema conforme ela se aprofundou, principalmente frente ao descompasso entre os ministros do STF e os juizes de primeira instância associados a procuradores públicos⁵ (Mendes, 2019). Ainda na esfera estatal, destacaram-se as ações da Procuradoria Geral da República (Ministério Público) e da Polícia Federal, que se notabilizaram pelo protagonismo político e midiático por meio de investigações e indiciamentos de empresários da construção civil, políticos do Executivo e do Legislativo, burocratas de partidos e diretores de empresas estatais. Tudo isso construído no processo político-jurídico da Lava Jato, iniciado em 2014.

O segundo tabuleiro de interação política refere-se ao plano da mobilização nas ruas e nas redes sociais digitais. Penso aqui nas manifestações de rua que até o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, conforme Alonso (2017), passaram por pelo menos três grandes ciclos de protestos (junho de 2013, 2015 e 2016). Várias pesquisas feitas a partir de 2013 indicaram que as manifestações, regra geral, eram formadas por estratos sociais com características razoavelmente uniformes dos pontos de vista de renda, escolaridade e cor, fossem contrárias à Dilma, fossem a seu favor. Acrescente-se ainda que, segundo o estudo de Tatagiba (2018) sobre o período do governo Dilma (2011-16), antes de junho de 2013 já estavam ocorrendo vários protestos com pautas variadas e não unificadas.

Paralela e virtualmente, os que se mobilizaram para ir às ruas utilizaram com regularidade as redes digitais como plataforma de expressão, informação e discussão política por meio de opiniões e compartilhamentos. Porém, ir às ruas e debater nas redes digitais são participações de qualidades e efeitos distintos. Por uma série de características da comunicação virtual — a não copresença, a construção de uma face virtual, a pouca oralidade, os limites da escrita digital, enfim, a mediação tecnológica —, as convicções pessoais nas redes digitais são mais contundentes e excessivas do que quando em situações face a face. Penso nos militantes virtuais que não se dispõem a sair do algoritmo no qual estão circunscritos. Sua eficácia está mais no reforço da rede na qual se encontram do que nas manifestações políticas públicas. Diga-se, no entanto, que, mesmo sendo menor o engajamento presencial dos mobilizados pelas redes sociais, a militância virtual foi fundamental na convocação às ruas durante os protestos, além de favorecer a formação de correntes de opinião alternativas às linhas editoriais da grande imprensa.

Por fim, o terceiro tabuleiro é o nível da casa, da família, dos laços vicinais, religiosos e de trabalho, em suma, o plano das relações interpessoais cotidianas. Penso aqui no brasileiro mais ordinário, que participa pouco da vida política do país e pouco se informa sobre os atores

e a dinâmica da política. Preocupa-se com ela sazonalmente, conforme ocorrem as eleições e os escândalos. Diferentemente do segundo tabuleiro, entendo que nesse terceiro boa parte da população não tem vivenciado a intensificação da política tal como a outra, mais engajada e participativa. Trata-se do universo de pessoas com menos atenção na rotina política, mas que está atento aos efeitos concretos das ações dos governos, sobretudo na economia cotidiana e nos serviços públicos.

Contudo, ressalte-se, os canais de comunicação abertos na TV compõem o cenário doméstico para boa parte dessa população, principalmente as camadas mais pobres. A TV aberta ainda é no Brasil uma forte fonte de informação e legitimação das narrativas políticas. Assim, se nesse terceiro tabuleiro a participação é pouco encontrada, a conjuntura da crise de permanente instabilidade produziu nos últimos anos uma “audiência da política” generalizada que gravitou mais detidamente em torno de um mesmo tema: o *combate à corrupção*. Entretanto, e isso é o fundamental nesse tabuleiro, com a obrigatoriedade do voto, essa audiência da política é convocada à participação no período eleitoral, quando é alcançada pelo horário eleitoral gratuito e, cada vez mais, pelas redes sociais digitais.

Merecem destaque nessa arena de interação política os efeitos crescentes da plataforma digital WhatsApp, por meio da qual circulam informações, *fake news* e *memes* em múltiplos grupos fechados que se sobrepõem às pequenas redes sociais: núcleo familiar, família extensa, grupos de trabalho, de amigos, de comunidades religiosas ou temporários com propósitos pontuais etc. Em resumo, o WhatsApp favorece uma interatividade mais instantânea, próxima e circunscrita. Uma socialidade mais ampla quantitativamente do que as relações face a face e, no entanto, fechada e menor do que a proporcionada pelo Twitter e pelo Facebook. Não é por acaso o esforço cada vez mais crescente de políticos e partidos para alcançar principalmente em período eleitoral as microrredes de interação virtual extremamente capilares. A campanha de 2014 foi a primeira a adotar a tecnologia, mas foi em 2016 que ela começou a ser utilizada pelos políticos, tanto em eleições como para manter a comunicação com apoiadores e parcelas da população durante os mandatos. Porém, em 2018, a plataforma teve papel decisivo na construção da (i)legitimidade dos candidatos.

Na verdade, o instrumento tecnológico foi usado preferencialmente para deslegitimar adversários, aumentando-lhes a rejeição. O principal efeito, que ainda precisa ser mais bem investigado, foi colocar em suspeição as informações dos grandes meios de comunicação e dar crédito às informações vindas das redes fechadas e ancoradas em relações de confiança e proximidade. Sobreposta aos vínculos pelos quais se propagam mais eficazmente rumores e fofocas, a comunicação via WhatsApp valeu-se de *fake news*, termo em inglês rapidamente

[6] Curiosamente, a expressão foi apropriada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desqualificar as matérias jornalísticas que lhe eram desfavoráveis, embora tenha sido ele quem mais se valeu da tecnologia digital na eleição (Benkler; Faris; Roberts, 2018).

popularizado em todos os diferentes estratos sociais, para desconstruir adversários ou gerar dúvidas sobre eles.⁶

Em síntese, esses três tabuleiros ou arenas de interação política são também uma forma de organizar a literatura recente sobre a conjuntura atual: mais focada ora no sistema político-jurídico (Nobre, 2013; Singer, 2018; Limongi, 2017); ora nos protestos e nos movimentos sociais (Alonso, 2017; Pinto, 2017; Tatagiba, 2018); ora na vida cotidiana das pessoas e suas extensões (Pinheiro-Machado, 2018; Solano, 2019).

EM TEMPORALIDADES

Se os tabuleiros significam planos nos quais se desenrola a crise, ela também implicou uma duração temporal específica razoavelmente limitada por um antes e um depois minimamente rotineiros; em outros termos, uma temporalidade de inflexões imprevistas. A atividade política, embora oscilante por princípio, conta com certo grau de estabilidade que lhe propicia um movimento inercial a partir do qual é possível estabelecer previsões; contudo, na conjuntura brasileira dos últimos anos, o futuro está muito dependente do desempenho das disputas do presente — do jogo sendo jogado.

O conceito de drama social de Victor Turner parece-me profícuo para demarcar a temporalidade do processo político pelo qual passa o Brasil.⁷ Como uma extensão metafórica, “drama” e “crise” são termos parcialmente reversíveis, na medida em que são experiências vividas intensamente em termos cognitivos e emotivos. Em primeiro lugar, ambos têm implícita uma temporalidade excepcional, conjuntural, não rotineira, fruto de uma desarmonia que tende à aceleração dos eventos significativos e ao adensamento das reflexões e dos afetos mobilizados. Essa intensificação torna a conjuntura mais absorvente pela percepção de insegurança quanto ao futuro.

Desorientação e imprevisibilidade têm ditado a dinâmica política desses anos. Inúmeros foram os momentos de incapacidade tanto de compreensão do que se passava quanto de previsibilidade em relação a um futuro próximo. Entre 2013 e 2018, foram frequentes os momentos nos quais acadêmicos, políticos, burocratas estatais, jornalistas, militantes, entre outros, pouco ousaram traçar cenários, mesmo os de curta duração, tal o grau de instabilidade política, em período eleitoral ou fora dele.

Guardadas as devidas importâncias dos eventos, a afirmação do historiador François Hartog a propósito da Revolução Francesa e da queda do Muro de Berlim poderia ser usada para refletir sobre a temporalidade pós-2013 até as eleições de 2018:

[7] Situações de crise e mudança social são temas clássicos da teoria antropológica e do método etnográfico, particularmente trabalhos desenvolvidos pela tradição da Escola de Manchester (Beck; Knecht, 2016).

Esses cortes [1789 e 1989], vamos chamá-los ainda de brechas no tempo, retomando o diagnóstico feito por Hannah Arendt, isto é, esses intervalos totalmente dominados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado. (Hartog, 2014, p. 138, grifos meus)

Tenho em mente os eventos críticos pontuais que causaram momentos de alta instabilidade nos últimos anos, como: as delações premiadas contra políticos e empresários; as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; o impeachment de Dilma Rousseff; o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da chapa Dilma-Temer; os dois pedidos de impeachment contra Michel Temer; a intervenção federal no Rio de Janeiro com as Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), e de seu motorista Anderson Gomes; a prisão de Lula; o locaute dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; entre outros. Tudo tem se passado como se estivéssemos em um mesmo processo social que se desdobrou em duas grandes coordenadas: na horizontal, o movimento de perda de legitimidade do sistema político com a judicialização da política e a politização da justiça, e, na vertical, o descompasso entre esse sistema e a sociedade. Duas dimensões ortogonais do mesmo processo, cuja temporalidade é caracterizada pela percepção coletiva de insegurança, incertezas, imprevisibilidade, insubordinações, intensidade e inflexões políticas.

Na medida em que a crise se desenrolou em frequências específicas, podemos pensar também em uma diacronia interna a ela, o que fica mais evidente quando nos situamos no horizonte de possibilidades de cada momento crítico. Por exemplo, e como já destacado anteriormente, o Poder Judiciário foi percebido de início na opinião pública como uma instância moderadora até meados de 2015, mas tornou-se parte do problema com a perda da aura de imparcialidade, cujo ápice se deu, a meu ver, no julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE em junho de 2017. O processo foi movido pela candidata Marina Silva, derrotada nas eleições de 2014. A acusação foi de uso de dinheiro de corrupção na campanha da chapa petista. Como no momento do julgamento Dilma já havia sofrido o impeachment e Temer já era presidente, o TSE, contrariando o pedido de cassação proposto pelo relator, Herman Benjamin, absolveu a chapa por 4 votos a 3, mantendo Temer na Presidência. O ministro Gilmar Mendes foi o principal opositor do relator e defensor da absolvição da chapa.

Do mesmo modo, as Forças Armadas foram paulatinamente deslocando-se para o centro do poder durante a crise. Durante 2013 e 2014, era bastante consensual no debate público a opinião de que não havia condições políticas nem disposição dos militares para uma in-

tervenção. Quando grupos intervencionistas celebravam o regime militar nas manifestações de rua, à direita, quase sempre havia conflitos, chegando algumas vezes a serem expulsos do evento. Para a maioria dos manifestantes, protestar contra o governo Dilma não significava adesão à intervenção militar. Contudo, no transcorrer da crise, os militares foram ocupando espaços no sistema político com a aprovação da opinião pública, já muito afetada pela insegurança causada pela criminalidade. Em início de 2018, os militares foram convocados por Temer para combater o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o que recebeu forte apoio popular. E, no segundo semestre de 2018, eles passaram a ser alternativa de poder, via eleitoral, com o capitão reformado Jair Bolsonaro e o general da reserva Hamilton Mourão, ambos do Exército brasileiro. Na manifestação de rua de eleitores de Bolsonaro em resposta ao evento #elenão,⁸ a uma semana da votação do primeiro turno, havia um grande boneco inflável do general Mourão percorrendo a avenida Paulista, em São Paulo. Naquele momento, no tabuleiro das ruas e das redes, Mourão já não era mais um intervencionista, mas candidato à Vice-Presidência, que posteriormente foi eleito pelo voto popular. Além dele e de Bolsonaro, muitos militares e policiais também foram eleitos para os legislativos estaduais e para o federal.

Ainda na diacronia da crise, as eleições de 2018 produziram de forma oscilante diferentes expectativas depois do impeachment de Dilma. Primeiro, elas foram consideradas a possibilidade de repactuação do país, desde que dessa vez o resultado das urnas fosse respeitado. Depois, conforme a popularidade do ex-presidente Lula aumentava, temeu-se que as eleições poderiam não acontecer devido a uma possível intervenção militar ou a uma eventual manobra parlamentar para instituir o parlamentarismo ou o semipresidencialismo — proposta ensaiada, especialmente, pelo senador José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-SP), pelo presidente Michel Temer e pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Essa última possibilidade foi descrita por setores à esquerda como “o golpe dentro do golpe”. Basicamente, tratava-se da expectativa de que Michel Temer seria nada mais do que um passo para o retorno do PSDB ao poder, via eleição em 2018 ou pela mudança do regime para o parlamentarismo. Contudo, na eleição de 2018, o PSDB praticamente implodiu, principalmente a ala histórica do partido.⁹ Por fim, ainda no início do período eleitoral, temeu-se que, em caso da quinta vitória do PT com Fernando Haddad, a posse pudesse ser impedida por uma intervenção militar.

Após tantas especulações e muitos temores em relação às eleições de 2018, o resultado final foi a entrada dos militares no centro do poder político via voto popular. Apesar das ameaças camufladas,¹⁰ o espectro militar materializou-se por meio do processo democrático e não por intervenção, a ponto de a questão política candente hoje ser a

[8] Movimento de caráter feminista criado na internet para condenar a postura de Bolsonaro com as mulheres que culminou em manifestações de rua nas grandes cidades brasileiras, a uma semana da votação do primeiro turno.

[9] Confirmando a trajetória de alguns anos, o PSDB paulista, com a eleição de João Dória como governador de São Paulo, tornou-se um partido de direita com flertes com a extrema direita de Jair Bolsonaro.

[10] Como a insinuada pressão exercida pela cúpula das Forças Armadas (por meio de uma postagem do general Eduardo Villas Bôas) sobre o STF no julgamento do habeas corpus de Lula, em início de abril de 2018. Ou a especulação de Bolsonaro de possível fraude eleitoral nas urnas eletrônicas caso perdesse a eleição.

sutil e fundamental distinção entre um governo militar e um governo com militares na ordem democrática.

Esses exemplos, e tantos outros, podem ser lembrados para demonstrar a constante oscilação das previsões sobre o que se apresentava como futuro nos momentos críticos. O importante a reter é a pouca capacidade de previsibilidade dos atores, o que conferiu dramaticidade à crise e uma temporalidade específica. No entanto, para ser fiel ao modelo de Victor Turner, crise é um dos momentos do drama social que compreende, na verdade, quatro fases: *ruptura, crise, ação corretiva e reintegração* (conciliação ou a consolidação da ruptura). Não pretendo aplicar de forma estrita o modelo de Turner, mas refletir a partir de alguns dos seus demarcadores temporais. Interessada e seletivamente, destaco o intervalo entre ruptura e crise e entre crise e ação corretiva.

De acordo com diversos institutos de pesquisa de opinião pública, houve uma alteração drástica na percepção dos brasileiros quanto à situação política do país após as manifestações de junho de 2013. “Não me representam [os políticos]!” foi um dos slogans nascidos durante as manifestações.¹¹ À direita ou à esquerda, as interpretações daquele momento expressaram o caráter disruptivo de 2013 (Nobre, 2013; Alonso, 2017; Singer, 2018), sobretudo em relação à representação política.

Entendendo que “as causas imediatas de junho de 2013 continuam misteriosas”, André Singer descreve, um tanto atônito, o seguinte contexto:

Para coroar o êxito do primeiro biênio, em março de 2013, Dilma recebia 65% de bom e ótimo na pesquisa Datafolha. Em junho, entretanto, a conjuntura sofre uma inesperada reviravolta [...]. Como raio em céu azul, gigantescos protestos invertem a tendência. (Singer, 2018, p. 25, grifos meus)

Mesmo que tenham ocorrido protestos durante os dois primeiros anos do mandato de Dilma, como mostra Tatagiba (2018), junho de 2013 foi uma irrupção social de proporção e abrangência não previstas, o que gerou também a consciência na maior parte da população de que algo havia se rompido. Os mais ufanistas, à direita do cenário ideológico, ao verem as ruas cheias, disseram que o “gigante adormecido se levantou”. Já à esquerda, e no calor da hora, Nobre (2013) compreendeu que aqueles eventos (“revoltas”, nos seus termos) tinham potencial político para o aprimoramento da democracia com ampliação do bem-estar social e da participação política, ao mesmo tempo que significavam uma quebra no sistema “pemedebismo”. No entanto, um ano e meio depois, em 2014, os resultados das urnas indicaram o deslocamento do eleitorado para a direita no Congresso Nacional,

[11] A expressão “Não nos representam” foi criada no movimento social iniciado em 15 de maio de 2011 nas principais cidades espanholas em protesto contra as consequências da crise financeira de 2008-14 na Europa e nos Estados Unidos (Castells, 2017, p. 99).

o que se aprofundou nas eleições de 2016, tanto nos executivos como nos legislativos municipais. No mesmo movimento, em 2018, o discurso político vencedor foi construído em oposição à *velha política* ou ao pemedebismo, nos termos de Nobre, em 2013. Entretanto, diferentemente de suas expectativas naquele momento, a resultante do processo político apontou para a (extrema) direita.

A despeito das previsões feitas no calor da hora, junho de 2013 provocou uma profunda fenda no sistema político e na percepção da população em relação a ele. Uma ruptura política, contudo, dificilmente ocorre a partir de um fato histórico isolado, mas em articulação com eventos anteriores e posteriores que ampliaram e aprofundaram a rachadura. No caso brasileiro, não penso ruptura e crise propriamente como tempos distintos e sequenciais, conforme poderia sugerir uma leitura muito esquemática do modelo de Turner. A crise política está se dando como uma sequência de fissuras, ora na sociedade, ora entre os agentes políticos, ou, enfim, nas próprias instituições, sobretudo na relação entre os poderes.¹²

Junho de 2013 funcionou como um gatilho gerador de outra percepção coletiva sobre a realidade brasileira, e outros eventos, como os já listados anteriormente, ampliaram a trinca, de tal maneira que a possibilidade de alguma recomposição não se colocou no horizonte durante as eleições de 2018. E isso me leva ao segundo intervalo do modelo de Turner: entre a crise e a ação corretiva.

Durante as eleições de 2018, qual foi o horizonte de correção? Alguma repactuação ou mediação política se apresentou aos atores naquele momento? Em que medida a partir de uma nova eleição seria possível o processo político entrar em um movimento normalizador? De modo geral, a avaliação durante a campanha eleitoral era que, a despeito do vencedor, Fernando Haddad ou Jair Bolsonaro, o país continuaria fraturado politicamente e o pleito não apontaria para alguma forma de superação ou para a normalização do sistema político. Antes ainda do primeiro turno, o jornalista político Josias de Souza retratou a percepção de muitos para quem o país não entraria no curso da correção da crise. Ao contrário:

A sociedade brasileira está traumatizada e dividida. A sucessão presidencial seria um remédio para sarar os dois flagelos. Mas é improvável que algo seja remediado. São pequenas, muito pequenas, diminutas as chances de as urnas de 2018 produzirem a superação de traumas e a reunificação do país [...]. Em qualquer hipótese, a cizânia nacional sobreviverá à abertura das urnas. (Souza, 2018)

Foi sintomático o apelo à reunificação por parte dos candidatos e, depois, dos eleitos. Quanto mais falaram de reunificação, mais ficava

[12] Segundo uma das declarações de Ciro Gomes, candidato à Presidência em 2018, que gerou muita polêmica, “cada um [dos poderes] deveria voltar para o seu quadrado”. Basicamente, ele se referia ao ativismo político de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

explícito o nível de desarmonia. As primeiras expectativas quanto ao futuro após as eleições de 2018 não foram de reconciliação, ajustes ou acomodação, mas de tensionamento entre polos de força que ficaram bastante desproporcionais, tanto nos poderes executivos como nos legislativos federal e estaduais.

Com a finalidade de complexificar ainda mais a dinâmica da crise, volto a François Hartog e sua formulação sobre regimes de historicidade, segundo a qual a experiência social pode compreender a simultaneidade de várias temporalidades no presente — ele mesmo um regime do tempo: o presentismo. “Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo — modos de articular passado, presente e futuro — e de dar-lhes sentido.” (Hartog, 2014, p.139)

O recorte empírico central deste artigo compreende o que denomino de *tempo da crise* — eclodida nos protestos de junho de 2013, polarizada nas eleições de 2014, aprofundada com o impeachment em 2016 e não corrigida, a princípio, pelas eleições de 2018. Essa temporalidade teve um ritmo intenso, específico e sem perspectiva de arrefecimento. Entretanto, na duração da crise, duas outras marcações do tempo estavam implicadas.

Além do *tempo da crise*, a disputa política remeteu à reflexão sobre a democracia hoje e a ditadura militar, espectro que sempre sombreou os momentos críticos dos últimos anos. Esse tempo mais estendido denomino de *tempo da democracia*; afinal, o que está em jogo são, de um lado, os direitos civis e sociais assegurados pela Constituição de 1988 e, de outro, a tentativa de desconstrução da memória histórica oficial do que foi o regime militar.

Por fim, além dos *tempos da crise* e *da democracia*, ainda há outra temporalidade, mais curta, sazonal e preestabelecida, quando os processos políticos se aceleram ainda mais. Refiro-me basicamente ao período eleitoral, que Moacir Palmeira denominou de *o tempo da política* (Palmeira, 1995; Goldman, 2006). Suas pesquisas etnográficas no Nordeste do Brasil, em particular em regiões rurais, descrevem como as eleições modificam o ritmo social com a circulação de bens, prestígios, traições, fofocas, rumores, alianças, conflitos etc.

Em resumo, as eleições aceleram e intensificam o já dinâmico e bastante imprevisível *tempo da crise*. No *tempo da política*, aqueles que se encontram no sistema político precisam retornar às suas bases para prestar contas e pedir aos eleitores novos mandatos. E aqueles que pouco se interessam pela atividade política são atingidos pelo horário eleitoral gratuito e pelas redes digitais, além de convocados pelo voto obrigatório a se manifestarem. Assim, as eleições produzem um achatamento e uma permeabilidade maior entre os tabuleiros descritos anteriormente. Eleições e voto obrigatório, em que pese o argumento

liberal da não obrigatoriedade, produzem participação política generalizada. Em síntese, o *tempo da política* intensificou ainda mais as propriedades do *tempo da crise* (imprevisibilidade, instabilidade, violência política, fraturas etc.), ao colocar em jogo a qualidade, a consistência e o futuro do *tempo da democracia* no Brasil. E, nesse sentido, é mais frutífero refletir não só sobre os vencedores das eleições, mas sobre a configuração das disputas eleitorais.

LULOPETISMO x BOLSONARISMO: A NOVA POLARIZAÇÃO

As eleições de 2018, como já dito, foram aguardadas com muitas incertezas e especulações. Dentre as várias projeções sobre o pleito, talvez a mais generalizada tenha sido a de que teríamos uma eleição semelhante à de 1989, em razão da quantidade de candidatos viáveis, da esquerda à extrema direita, passando pelo centro.¹³ Por algumas semanas antes do primeiro turno, a corrida eleitoral esteve aberta para pelo menos cinco candidatos; depois, tornaram-se quatro; e, a duas semanas da votação, essa fase já estava praticamente definida entre os dois que passaram para o segundo turno.

[13] Além dos cinco principais candidatos (Bolsonaro, Haddad, Ciro, Alckmin e Marina), pelo menos mais cinco candidatos (Cabo Daciolo, João Amoêdo, Henrique Meirelles, Guilherme Boulos e Álvaro Dias) com baixa votação conseguiram alguma repercussão com sua participação.

Apesar dessa dispersão inicial, o polo lulopetista havia mantido seu eleitorado mesmo com a prisão de Lula, em abril daquele ano, que permanecia o líder das pesquisas. Além disso, segundo pesquisas de opinião, o PT continuava a ser o partido com o qual as pessoas mais se identificavam, mesmo com os escândalos de corrupção. Com um piso eleitoral consistente, a estratégia foi manter Lula na disputa eleitoral até quando o TSE permitisse, para só então indicar como substituto o candidato a vice-presidente, Fernando Haddad, também do PT. Isso só se concretizou a praticamente um mês da votação do primeiro turno.

Entre as várias articulações partidárias para a composição das chapas à Presidência, as forças políticas ficaram distribuídas da seguinte forma. Em um primeiro momento, o PT lançou a chapa Lula e Haddad. Quando a candidatura de Lula foi indeferida, Haddad assumiu a sua posição e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ocupou a candidatura à Vice-Presidência, com Manuela d'Ávila. O PSOL, aliado certo do PT no segundo turno, lançou Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que teve como vice a liderança indígena Sonia Guajajara. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), que não obteve êxito em convencer o ex-ministro Joaquim Barbosa a ser o candidato, negociou com o PT o não apoio ao candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes. Em troca, o PT apoiou a reeleição do governador Paulo Câmara, do PSB de Pernambuco. Com a finalidade de limitar o crescimento de Ciro no campo à esquerda e centro-esquerda, Lula e o PT operaram para o PCdoB e o PSB não o apoiarem. Sobrou a Ciro escolher como vice-presidente uma alterna-

tiva interna ao PDT: a ex-senadora ruralista Kátia Abreu, do Tocantins. O movimento do PT para isolá-lo foi fundamental na sua decisão de não declarar voto em Haddad no segundo turno. Limitou-se apenas a afirmar que sua luta seria pela democracia e contra o fascismo.

Do centro à extrema direita, dentre aqueles com mais de 1% dos votos no primeiro turno, foram lançadas as candidaturas de Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro [MDB]), João Amoêdo (Partido Novo [NOVO]), Cabo Daciolo (Patriota), Marina Silva (Rede Sustentabilidade [REDE]) e Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal [PSL]). Apesar do tempo de televisão e dos recursos financeiros, os dois primeiros não foram bem votados. Isso já era esperado de Henrique Meirelles, que trazia para si alta rejeição por ter sido ministro da Fazenda do governo Temer. Em relação a Alckmin, esperava-se que ele incorporasse o sentimento antipetista, como sempre fora feito pelo PSDB, beneficiando-se do grande tempo de televisão garantido pelo amplo acordo com os partidos do chamado “Centrão” (Partido Trabalhista Brasileiro [PTB], Partido Republicano Brasileiro [PRB], Partido Progressista [PP], Partido da República [PR], Democratas [DEM], Solidariedade [SD], Partido Popular Socialista [PPS] e Partido Social Democrático [PSD]).

Contudo, diversos erros, más avaliações e imprevistos prejudicaram Alckmin. Primeiro, o duplo palanque no estado de São Paulo entre sua cria política, João Doria, do PSDB, e seu vice-governador, Márcio França, do PSB. Segundo, a contaminação da candidatura a deputado federal de Aécio Neves, atingido pela divulgação de gravações comprometedoras. Terceiro, o vínculo do PSDB com o governo Temer, embora Alckmin tenha se posicionado desde o início contrariamente à entrada do partido no governo, ainda que fosse favorável ao apoio do PSDB às reformas. Quarto, a menor importância do horário eleitoral na televisão frente ao alcance e à capilaridade das redes sociais digitais, tecnologia dominada pela campanha de Bolsonaro. Quinto, e por fim, a fachada sofrida por Bolsonaro lhe conferiu proteção de imagem e, como consequência, impediu Alckmin e o seu marketing político de um confronto mais agressivo, pois os dois candidatos disputavam faixas comuns do eleitorado. Sem poder explorar a rejeição de Bolsonaro, Alckmin perdeu a bandeira do antipetismo no campo à direita e ao centro. A polarização entre PT e PSDB, que havia estruturado todas as eleições desde 1994, era enfim interrompida.

Dos menos votados à direita, João Amoêdo e Cabo Daciolo foram os que mais se beneficiaram da exposição midiática. João Amoêdo veio de posições centrais do setor financeiro. Rico, apresentou-se declaradamente como um liberal, cuja imagem é a de um *self-made man*, “descolado”, jovial e mais refinado do que Bolsonaro, que também já havia acenado com uma política econômica neoliberal. As características

socioeconômicas dos principais nomes do NOVO são de classe média alta e muito alta. Ao fim das eleições, o partido teve, em sua primeira participação, um bom desempenho, elegendo oito deputados federais e o governador do segundo maior estado do país, Minas Gerais.

Dos candidatos à Presidência, três estavam implicados diretamente com o segmento evangélico: Cabo Daciolo, Marina Silva e Jair Bolsonaro. Cabo Daciolo é um decantado do crescimento pentecostal da periferia do Rio de Janeiro: um misto de performance e de discurso dos pastores da Assembleia de Deus e da Igreja Universal. Ele faz uma exegese literalista, demoniza o secular e prega, como fundamentalista, que devemos submeter a política ao comando do verdadeiro Deus da Bíblia. Em síntese, o registro do discurso de Daciolo não faz a distinção entre um palanque eleitoral, um púlpito religioso e uma tribuna legislativa.

Marina, por sua vez, teve como estratégia não chamar a atenção para si no período entre eleições. Antes do início do período eleitoral, minha expectativa (e, com certeza, a de outros pesquisadores do evangelismo no Brasil) era de que, quando Marina entrasse na disputa, o tema da religião afloraria no debate público, como ocorreu com ela em 2010 e 2014 e com Anthony Garotinho em 2002. Desde a redemocratização, em todas as eleições presidenciais nas quais existiam candidatos evangélicos, a religião foi densamente tematizada. Curiosamente, em 2006, o tema foi abordado muito tangencialmente, mesmo existindo naquele momento uma versão bastante difundida de que Geraldo Alckmin, que foi para o segundo turno, era católico e membro do Opus Dei. O catolicismo Opus Dei de Alckmin e o segmento da Teologia da Libertação do PT pouco repercutiram em 2006 pelo efeito de invisibilidade do catolicismo na esfera pública (Almeida, 2010).

A campanha presidencial de 2018 colocou Marina novamente na cena pública, mas sua posição de terceira via de 2010 e 2014 diluiu-se com a não polarização PT × PSDB. Por outro lado, Marina também pouco polarizou com os dois principais concorrentes: Bolsonaro e Lula/Haddad. Com o pouco tempo de televisão, além dos problemas de financiamento da campanha, sua candidatura foi definhando durante a corrida para o primeiro turno. Em pesquisa realizada pelo Datafolha em 20 e 21 de agosto de 2018, Marina aparecia com 16% das intenções de voto, atrás apenas de Lula e Bolsonaro, ambos com 22%. Quase cinquenta dias depois, na votação do primeiro turno, Marina ficou em oitavo lugar, recebendo apenas 1% dos votos.

Foram vários os motivos que a levaram a essa perda de eleitores. Marina deu alguns passos que a indispueram com o eleitor, como demonstraram os altos índices de rejeição apresentados na pesquisa Datafolha divulgada em 2 de outubro de 2018, a menos de uma semana da votação do primeiro turno. Do ponto de vista econômico

e político, vale lembrar alguns fatos. Em 2014, aproximando-se de uma agenda neoliberal, Marina foi a única candidata a declarar-se a favor da autonomia do Banco Central. No segundo turno de 2014, declarou apoio a Aécio Neves. Em 2016, posicionou-se a favor do impeachment de Dilma, contrariando a decisão de seu partido, a REDE. Apesar de o início de sua carreira política ter ocorrido nos movimentos sociais da Amazônia, de matriz política católica, a cada eleição Marina Silva consolidou a posição de centro e perdeu a confiança do campo político à esquerda.

Se essas são razões propriamente políticas, Marina também sempre foi questionada em relação à sua religiosidade, embora não tenha obtido muitas vantagens por causa dessa identidade. Nunca foi uma porta-voz de pautas conservadoras relativas a comportamentos e costumes. Pelo contrário, sempre procurou afirmar o caráter laico do Estado e preservar a sua fé na dimensão privada. Nos temas críticos, propõe mais discussão e plebiscitos. Ela tanto necessitou fazer a defesa do Estado laico que, como efeito colateral, sua identificação com os evangélicos foi ficando progressivamente mais fraca, pois não viam nela uma militante da família tradicional — embora Marina mantenha a aura de honestidade, o que tem forte valor religioso.

As pautas dos costumes, enfim, foram assumidas por Jair Bolsonaro, agradando às forças cristãs do Congresso Nacional. Bolsonaro vinha construindo um vínculo com o segmento evangélico que remonta a alguns episódios de sua vida mobilizados na campanha, como o batismo no rio Jordão — o mesmo onde Jesus foi batizado por João Batista —, ministrado pelo Pastor Everaldo, da Assembleia de Deus e candidato à Presidência em 2014 pelo Partido Social Cristão (PSC). Os evangélicos fizeram o movimento do púlpito ao palanque nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1986. Bolsonaro, no entanto, assim como o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB-RJ), fez o movimento no sentido inverso.

Se a quantidade de candidatos torna parecidas as eleições de 1989 e 2018, outras semelhanças foram detectadas durante a corrida para o primeiro turno. O discurso contra a corrupção de Jair Bolsonaro remetia à “caçada de marajás” de Fernando Collor, que igualmente lançou mão dos símbolos nacionais como a bandeira e as cores verde e amarela. O discurso também foi de superação da velha política, à época, a de José Sarney e a do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, o pertencimento a um novo e pequeno partido: PSL e Partido da Reconstrução Nacional (PRN), respectivamente. Traçar esses paralelos com a eleição de Collor não tem a intenção de projetar um destino semelhante para Bolsonaro. Afinal, diferenças não faltam também. Diferentemente de Collor, Bolsonaro tem como base de sustentação as Forças Armadas. A Rede Globo já não é o canal

de televisão aliado, mas sim a concorrente evangélica, a Rede Record. Collor projetou sua religiosidade na padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Para Bolsonaro, as referências religiosas principais foram a Bíblia e o cristianismo.

A despeito dessas semelhanças e diferenças, o que parece um contínuo da vida política brasileira são esses momentos de expiação ética acentuados no *tempo da política*, como resposta ao consenso de que a corrupção é o maior dos males da política ou, mais grave ainda, constitutiva da atividade política. Nessa perspectiva, a possibilidade de superação da corrupção encontra-se fora do sistema político. E, para parte da opinião pública, a corrupção é combatida mais com a ação das “pessoas de bem” do que por meio de controle social e mecanismos institucionais. “Pessoas de bem” foi um mote bastante empregado por Bolsonaro para identificar brasileiros honestos e trabalhadores que são vítimas da violência do crime e da corrupção no Estado. Apresentando-se como uma pessoa de bem, Bolsonaro buscou justificar sua retórica reacionária.

De modo geral, todos os candidatos diziam preferir enfrentar Bolsonaro no segundo turno, sobretudo o PT, que necessitava enfrentar um oponente também com alto índice de rejeição. Foram frequentes as análises de que Bolsonaro já havia alcançado seu teto eleitoral, mas a cada semana ficava claro que ele já possuía um piso alto o suficiente para colocá-lo no segundo turno, principalmente com o atentado sofrido, quando recebeu uma facada em 6 de setembro, a um mês da votação de primeiro turno. Na época, alguns especularam que o esfaqueador, Adélio Bispo de Oliveira, agisse em nome do PSOL, partido ao qual fora filiado anos antes, enquanto outros se perguntavam se o atentado não teria sido planejado pelo próprio Bolsonaro. Até o momento, as duas linhas de investigação policial não se mostraram consistentes.

A expectativa inicial, da esquerda à direita, era de que a facada o vitimaria o suficiente para levá-lo ao segundo turno. De fato, o atentado sensibilizou muitas pessoas, e vários vídeos foram produzidos contando sua determinação e superação, tudo isso com um acentuado léxico político-religioso. Outros, no entanto, diziam que ele tinha parcela de culpa pela violência sofrida. Na verdade, os efeitos mais consistentes do atentado foram, por um lado, a visibilidade nos telejornais para quem tinha um ínfimo tempo de horário eleitoral gratuito e, por outro, a ausência nos debates.

A facada aconteceu no dia 6, e a substituição de Lula por Haddad, no dia 11 de setembro. Apesar de sua alta rejeição variar pouco, Bolsonaro começou a crescer mais alguns dias após o atentado, enquanto Haddad também crescia rapidamente ao receber a transferência de votos de Lula, deixando os outros candidatos estacionados ou em fase

de perda de intenções de voto. No entanto, o que pareceu uma jogada política brilhante do PT, e sobretudo de Lula, revelou-se um cálculo que não previu os efeitos colaterais. Lula transferiu intenção de voto, mas também rejeição. Em boa medida, o uso das redes sociais pelos apoiadores de Bolsonaro foi fundamental na transferência da rejeição ao PT e a Lula para Haddad — pouco conhecido, mas rapidamente muito odiado.

Com o discurso contra a corrupção da *velha política*, a bandeira do antipetismo consolidou-se na candidatura Bolsonaro. Por esses e outros motivos, o cenário a duas semanas da votação do primeiro turno já estava praticamente consolidado e a dúvida passou a ser qual seria a diferença de votos entre Bolsonaro e Haddad, ou, para muitos bolsonaristas otimistas, se haveria ou não necessidade de segundo turno.

Em relação aos evangélicos, quando as lideranças religiosas declararam apoio a Bolsonaro, como fez o bispo Edir Macedo a uma semana da votação no primeiro turno, os fiéis já haviam migrado para sua candidatura. As declarações de apoio foram mais uma chancela a um voto já mobilizado pelas sinalizações de Bolsonaro do que um direcionamento dado pelas lideranças. Vale lembrar que a Igreja Universal, primeiro por meio do Partido Liberal (PL) e depois pelo PRB, entrou no governo petista em 2002 e lá permaneceu até poucas semanas antes do impeachment. Marcelo Crivella foi ministro da Pesca e Aquicultura de Dilma entre 2012 e 2014. Logo depois do impeachment, o PRB estava no Ministério da Indústria, Comércio e Serviços do governo Temer. Com o apoio dado pela Record, qual papel o grupo religioso-midiático-político liderado pelo bispo Edir Macedo terá no governo Bolsonaro? Uma coisa é certa: a relação tende a ser mais orgânica do que foi com os governos Lula, Dilma e Temer.

Se esse foi o enredo do primeiro turno, o resultado das eleições proporcionais nos âmbitos federal e estadual refletiu o sentimento de insatisfação da sociedade com a classe política. O efeito mais explícito foi a renovação de quase 50% na Câmara dos Deputados, enquanto no Senado Federal, das 54 vagas em disputa, somente 8 foram reeleições. Em relação aos parlamentares evangélicos, houve um aumento para 84 deputados federais e para 7 senadores.

ANTIPETISMO × ANTIBOLSONARISMO: O CÓDIGO DA MORALIDADE

O segundo turno foi disputado por Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, que tiveram, respectivamente, 46,03% e 29,28% dos votos no primeiro turno.¹⁴ Com a mudança das regras para 2018, o intervalo entre o primeiro e o segundo turnos durou apenas três semanas. A primeira votação aconteceu no dia 7, e a segunda, em 28 de outubro.

[14] Porcentagens obtidas por outros candidatos: Ciro Gomes, 12,47%; Geraldo Alckmin, 4,76%; João Amoêdo, 2,50%; Cabo Daciolo, 1,26%; Henrique Meirelles, 1,20%; Marina Silva 1,0% dos votos.

Bolsonaro entrou com folgada vantagem, não só pelo resultado expressivo do primeiro turno, mas também pela influência surpreendente que teve sobre as eleições proporcionais e para governador. Seu partido, o PSL, elegeu 52 deputados, a segunda maior bancada da Câmara (atrás apenas da do PT), além de quatro senadores e três governadores. Ademais, nos estados, vários candidatos que associaram sua imagem à de Bolsonaro saíram vencedores, como foi o caso dos governadores eleitos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O discurso era de condenação da corrupção praticada principalmente pelo PT, pelo PMDB e pelo PSDB (o candidato de São Paulo atacava só PT e PMDB); de renovação dos quadros políticos; e de manutenção da ordem pública com repressiva ação policial.

Após a votação do primeiro turno, foi possível compreender a influência das redes sociais digitais na produção de notícias, narrativas e versões. Surpreendeu o fato de Bolsonaro ter conseguido tanta aprovação, apesar do ínfimo tempo de horário eleitoral. As razões para seu excelente desempenho, na verdade, foram várias: o forte antipetismo, o apelo das candidaturas consideradas antissistêmicas e o desejo por novos nomes, entre outras. O que pareceu inesperado a todos os concorrentes, contudo, foi o uso intensivo e estratégico das redes sociais, sobretudo da plataforma WhatsApp, para a geração e difusão de *fake news*.

Seria equivocado e ingênuo dizer que apenas Bolsonaro se valeu desse expediente durante a campanha. Notícias falsas foram produzidas por todos os lados. Elas não são propriamente novidade em campanhas eleitorais; ao contrário, fazem parte delas. Porém, sem dúvida, o uso das redes sociais na campanha de Bolsonaro destoava das demais pela intensidade, pelas inversões de sentido e pela divulgação de falsas notícias, a exemplo da suposta distribuição do chamado *kit gay* em escolas públicas por Fernando Haddad quando ministro da Educação do governo Dilma. Durante o primeiro turno, a campanha de Bolsonaro chegou a ser condenada pelo TSE.¹⁵

Ainda são necessários estudos mais aprofundados sobre o papel das redes sociais na eleição de 2018 com a finalidade de compreender a forma e os efeitos do bombardeio de informações recebidas pelo eleitorado. Como já foi dito, sua eficácia não se encontrou propriamente na gravidade da notícia, mas na sua plausibilidade, por um lado, e no grau de confiança nas pessoas que a faziam circular, por outro. O que se percebeu durante a campanha foi que o bombardeio de informações em redes fechadas, entre pessoas com vínculos de proximidade, logo, de confiança, criou um ambiente concorrente com os grandes meios de comunicação, que foram colocados parcialmente em suspeição.

À exceção de Bolsonaro, todos os outros candidatos apostaram no tradicional marketing político, que por meio de um processo de assep-

[15] Ver: <https://www.valor.com.br/politica/5918149/tse-manda-carlos-bolsonaro-tirar-do-ar-fake-news-contra-haddad>.

sia simbólica purifica os candidatos e projeta neles desejos e expectativas. A propaganda de Bolsonaro, ao contrário, ocorria de forma mais espontânea, por meio de transmissões ao vivo via internet feitas por assessores e participantes dos eventos. Funcionando como uma estação repetidora, os eleitores se sentiram empoderados por não serem apenas receptores de notícias, mas propagadores dos movimentos da campanha. O resultado foi uma explosão de informações, parte delas descontextualizadas ou mesmo falsas. Coube principalmente ao candidato do PT — e a Bolsonaro, em menor grau — buscar desmentir-las. Não foi por acaso que o programa de TV de Fernando Haddad gastou demasiado tempo denunciando que a campanha de Bolsonaro se valia da consultoria do estrategista da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos, Steve Bannon, em 2016 (Benkler; Faris; Roberts, 2018).

Se o primeiro turno desenhou a oposição entre petismo e antipetismo (que foi capturado pelo bolsonarismo), no segundo, quase como um espelhamento, opuseram-se, na mesma medida, antipetismo e antibolsonarismo. Como as duas candidaturas tinham alta rejeição, parte do eleitorado mais atacou o oponente do que propriamente defendeu a sua opção. Já ao centro, uma parte significativa do eleitorado rejeitava ambos; mas, diante da necessidade de uma escolha, outras derivadas da polaridade apareceram nas redes digitais: os “antipetistas contra Bolsonaro” e os “antibolsonaristas contra o PT”.

Ao fim e ao cabo, apuradas as urnas, o resultado confirmou a tendência do primeiro turno: lulopetismo + antibolsonarismo < antipetismo + bolsonarismo em cerca de 10% dos votos válidos. Por sua vez, 30% dos eleitores não votaram em nenhum dos dois candidatos (21,3% de abstenções, 2,14% de votos brancos e 7,43% de nulos).

Em linhas gerais, a discussão no segundo turno ficou enredada no campo das moralidades. Primeiro, para religiosos e seculares, o *combate à corrupção* — que foi reafirmado em todo o *tempo da crise* como o mal maior da política — deslegitimou o discurso das esquerdas. Para essa moralidade, a corrupção é combatida com pessoas de bem, de preferência de fora do poluente sistema político. A campanha de Haddad, nesse sentido, tinha uma mácula: o mentor de sua candidatura estava na cadeia, acusado de corrupção. Em que pesem as ações ilegais do juiz Sérgio Moro e o questionável julgamento da suposta compra do triplex por Lula, não havia como negar que a cúpula do Partido dos Trabalhadores cometera atividades de corrupção regulares e estruturadas.

Se, no primeiro turno, a estratégia do programa eleitoral do PT foi produzir a transferência de intenção de voto de Lula para Haddad, no segundo, prevaleceu a tentativa de desconstrução de Bolsonaro, que estava até então mais ou menos protegido do confronto de imagem

em razão da facada recebida. Após a recuperação do pós-operatório, Bolsonaro passou a ser mais atacado nos últimos programas de Alckmin antes do primeiro turno, função que coube a Haddad durante a campanha do segundo turno. No entanto, temas progressistas, críticas ao machismo, ao racismo e à homofobia, todos vinculados à ideia de direitos humanos, pouco sensibilizavam o eleitor de Bolsonaro, que pareceu, mais do que qualquer outro eleitor, convicto e fechado a contra-argumentos.

A partir de determinado momento, o programa eleitoral de Haddad começou a explorar o tema da tortura durante o regime militar. Cenas cinematográficas fortes foram intercaladas com depoimentos de torturados durante a ditadura e declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura. O objetivo era atingir a sensibilidade do eleitor, constrangendo-o moralmente a não votar nele. O programa, no entanto, teve pouco efeito sobre a rejeição a Bolsonaro, cuja intenção de voto caiu levemente, em particular entre os evangélicos, mas não o suficiente para tirar a grande vantagem que ele tinha já no início da corrida para o segundo turno.

Nas redes digitais, os bolsonaristas divulgaram *memes* contrapondo às cenas de tortura as de fetos abortados, como forma de neutralizar a investida também moral dos progressistas. Associado a essa linha de discurso, Bolsonaro abraçou a pauta dos costumes, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, por outro, com o eleitor evangélico, que sempre foi sensível às questões relativas ao corpo e aos comportamentos. Seu discurso foi contrário a praticamente todas as mudanças concernentes à sexualidade, gênero e reprodução das últimas décadas. É contra o aborto e as causas LGBT. Combateu a chamada “ideologia de gênero”, maior espectro que assombra a população mais conservadora, gerando uma espécie de pânico moral. “O PT é uma ameaça, um perigo”, ouviu-se dos que votaram em Bolsonaro, principalmente entre os evangélicos.

As sinalizações de Bolsonaro foram fortes em direção ao segmento evangélico, que, além de expressivo demograficamente, pode ser, em boa medida, alinhado eleitoralmente. Em síntese, até a composição do novo governo, Bolsonaro identificou-se na grande chave “cristã”, o que não incluiu as referências específicas das religiões afro-brasileiras e espírita, mas incorporou o judaísmo como compreendido pelo evangelismo de matriz fundamentalista norte-americana (Bruce, 2003). Enfim, cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico. E isso teve efeito eleitoral.

A Tabela 1 projeta as intenções de voto da pesquisa Datafolha sobre o número de eleitores no país e muda o entendimento do papel que jogaram as diferentes filiações religiosas.¹⁶

[16] Ver: <http://www.ihu.unisinos.br/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro?fbclid=IwAR3ifglw6QJubHUhMI133z-Wx5L4v8VZBTnu3n9DMJZriESIo2KXfMjzfGo>.

TABELA I
Distribuição do eleitorado por tipo de religião, com correção dos dados do DataFolha

Religião	Votos de Bolsonaro	Votos de Haddad	Diferença
Católica	29.795.232	29.630.786	164.446
Evangélica	21.595.284	10.042.504	11.552.780
Afro-brasileiras	312.975	755.887	- 442.912
Espírita	1.721.363	1.457.783	263.580
Outra religião	709.410	345.549	363.862
Sem religião	3.286.239	4.157.381	- 871.142
Ateu e agnóstico	375.570	691.097	- 315.527
Total de votos	57.796.074	47.080.987	10.715.087

Fonte: Pesquisa DataFolha divulgada em 25 de outubro de 2018.

Em linhas gerais, impressiona o equilíbrio na religião católica em números absolutos. Tendo em vista a média geral dos candidatos, o universo católico representou uma leve contracorrente da opinião mais generalizada pró-Bolsonaro, mesmo tendo votado mais nele. O catolicismo ainda é, apesar do declínio contínuo, o grande mediador cultural deste país. Entretanto, quem fez, de fato, a diferença a favor de Bolsonaro em números absolutos foram os evangélicos. Mobilizados pelas pautas dos costumes, pelo medo da ameaça comunista e pelo apelo à honestidade das pessoas de bem, muitos evangélicos votaram nele. Outras razões também estavam em jogo e eram do interesse mais amplo da população: a crise econômica, a demanda por um “novo” e uma “nova política”, o antipetismo cujas raízes antecedem a crise e a insegurança diante da crescente violência são alguns exemplos. No entanto, a tabela sugere que se configurou em Bolsonaro um “voto evangélico”, qual seja: aquele mobilizado em torno de identidades, interesses, atores, pautas em congregações de fiéis-eleitores.¹⁷

Cabe ressaltar que um terço dos evangélicos votou em Fernando Haddad, o que revela um universo religioso com diversidade interna, apesar de existirem vetores predominantes. A candidatura de Haddad mobilizou o discurso pela democracia ante a ameaça de um governo de militares; a defesa dos direitos humanos e das diferenças; a menor desigualdade social; a importância do Estado para aquecer a economia e oferecer proteção social; entre outros. Porém, a articulação dessas correntes de opinião, sobretudo pelo passivo criminal dos seus representantes políticos, foi derrotada pelo voto e Bolsonaro tornou-se presidente do Brasil.

[17] São inúmeros os equipamentos urbanos — os templos — que capilarmente ocupam a paisagem das cidades brasileiras, sobretudo nas regiões periféricas (Almeida, 2004). Nos casos das “candidaturas oficiais”, aquelas encampadas pelos líderes das denominações, a rede de templos constitui pontos de difusão da campanha eleitoral (Lacerda, 2017; Tanaka, 2018).

A eleição de Bolsonaro, como tantas outras eleições, foi o resultado de situações conjunturais e de processos estruturais — ou, em outros termos, de performance individual e de dinâmicas coletivas. Restrinjo-me agora menos ao processo eleitoral e ao eleito, e mais às condições de possibilidade do seu discurso. Mais precisamente, interessa-me elencar alguns vetores sociais que vêm configurando parte da conjuntura brasileira pelo menos desde 2013, a partir de quando “recrudescer uma sinergia entre atores sociais, um amálgama de valores culturais e uma concertação de forças políticas que configuram o que tem sido nomeado de *onda conservadora*” (Almeida, 2019). Quatro linhas de forças sociais atravessam a conjuntura brasileira na qual conservadorismo e evangélicos estão implicados, a saber: econômica, moral, securitária e societal. Não as trato como as causas da eleição do novo presidente, mas como vetores que encontraram na sua candidatura a melhor representação.

A primeira linha de força refere-se a qual papel deve ter o Estado na economia. Cresceu nos últimos anos a crítica a ele, mais especificamente às políticas de proteção social. A despeito do reconhecimento parcial dos benefícios destas últimas, elas teriam gerado acomodação das pessoas e fidelização a um partido político. A ideia de esforço individual e a iniciativa privada são valorizadas em contraposição às políticas compensatórias e identitárias. A crítica veio, principalmente, dos setores médios que não se viram contemplados por diversas políticas dos governos petistas por não possuírem certos atributos de vulnerabilidade (cor da pele ou condições materiais, por exemplo). Ressalte-se, contudo, que esses setores foram atingidos indiretamente pelos efeitos de uma economia aquecida pelo consumo, mas quando a crise econômica se acentuou a frase mais recorrente foi: “O governo não fez nada por mim”.

Em grande medida, esse entendimento do esforço individual tem uma afinidade de sentido com a orientação da Teologia da Prosperidade dos neopentecostais, que se expande pelo meio evangélico e além dele. Trata-se, principalmente, de estimular a postura empreendedora com o objetivo não só de sobrevivência financeira, mas de acúmulo material e mobilidade social. Com certeza, alguns dos efeitos mais concretos das Igrejas evangélicas nos fiéis são encorajamento e estímulo. Ante as adversidades da vida, não cabem desistência e desânimo, mas fé e atitude. Isso não significa que os evangélicos não tenham usufruído das políticas compensatórias e afirmativas dos governos petistas, mas sim que o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude individual empreendedora, é valorizado pela religião e adotado como ética econômica.

Diga-se, contudo, que a crítica ao Estado feita pelas camadas média e baixa, entre as quais está a maior parte dos evangélicos, não dispensa as exigências de serviços públicos na saúde, educação, segurança, saneamento etc. O discurso a favor do “Estado mínimo” ancora-se, em grande medida, na recusa da corrupção, dos privilégios e da morosidade do setor público mais do que no apoio às agendas neoliberais, que têm pouco apelo popular. Não por acaso, são frequentes as alianças estratégicas entre liberalismo econômico e conservadorismo moral como forma de melhorar o desempenho eleitoral (Pierucci, 1987; Almeida, 2019).

A segunda linha de força se refere à moralidade e aos costumes. O Brasil, principalmente com a redemocratização, experimentou mudanças consideradas progressistas em termos de direitos reprodutivos e sexuais. Em contraposição, recrudescer a reação para conter o secularização, de um lado, e os comportamentos e os valores mais liberais, de outro. Esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da sacralização da família e da reprodução da vida (Duarte, 2017). Família tradicional é, sem dúvida, o signo mais englobante do campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários. Atualmente, no Brasil e na América Latina, o que se destaca são setores religiosos, à direita, com ênfase em temas como aborto, sexualidade, gênero, casamento, técnicas reprodutivas e adoção de crianças por casais do mesmo sexo. De um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo.

Entretanto, o conservadorismo dos costumes, sobretudo os propagados pelo evangelismo, não pretende se limitar aos seus fiéis, ao universo da congregação religiosa weberiana,¹⁸ e sim alcançar a sociedade como um todo, disputando no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública. A religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurou-se e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente as normas em forma de lei ou de costumes. O problema atravessa os três tabuleiros: emerge no plano da família como a primeira transmissora da pertença religiosa; manifesta-se nos espaços públicos como as Marchas para Jesus, por exemplo; e atua no plano do Estado por meio de mandatos eletivos no Legislativo e no Executivo. Diante dessa situação, como a laicidade brasileira, construída tendo o catolicismo como a religião de referência, reage a um novo ator — os evangélicos —, que se comporta como religião pública com pretensão reguladora do mundo secular (Montero, 2006)?

[18] No sentido de associação voluntária formada por vínculos puramente religiosos, o que em muitos casos implicará o rompimento dos vínculos primários com a família dita biológica ou com os laços clânicos (Weber, 1971).

A terceira linha de força refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado. A redução da maioria penal, a revisão da lei do armamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, entre outros, são ações que ampliam a violência legítima do Estado sobre a população criminoso ou não, sobretudo os mais apartados do universo dos direitos (Feltran, 2011).

Em boa medida, essa linha de força do sistema político tende a encontrar um considerável apoio popular. A demanda por segurança amplia a oferta de serviços privados, que não raro são prestados por agentes públicos. A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi a principal, mas não a única, expressão dessa linha de força. No Congresso, o número de deputados e senadores pertencentes a corporações ligadas à segurança pública saltou de 18 para 73 (entre bombeiro militar, policial civil, policial militar, militar reformado e membro das Forças Armadas).

Boa parte dos que falam em nome dos evangélicos apoia uma maior ação repressiva dos aparelhos de segurança do Estado. Cerca de dois terços dos deputados evangélicos votaram a favor da redução da maioria penal, projeto que contou com uma manobra regimental do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ), para refazer a votação perdida. A atuação da bancada evangélica tem servido como linha auxiliar dos interesses dos aparelhos de segurança pública e privada. Em resumo, o conservadorismo religioso oscila entre resistir às mudanças (só existem famílias heterossexuais, por exemplo), provocar mudanças regressivas (o aborto é criminalizado em qualquer situação, o que retroage à legislação de 1943) e aderir a certos valores deste mundo (a ética empreendedora e o aumento da violência do Estado).

Por fim, a última linha refere-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político. A crise pela qual passa o país tanto ocorre no plano do sistema político como também deslizou para as relações interpessoais, sobretudo da população mais mobilizada politicamente. Na conjuntura atual, muitos brasileiros — pelo menos entre aqueles que acompanham com maior atenção a política nacional — têm experienciado por um tempo prolongado divergências políticas e morais que tensionaram laços de amizade, de trabalho e de família. Em especial, as redes sociais digitais potencializaram ainda mais os conflitos interpessoais.¹⁹

A recorrência frequente nos últimos anos, sobretudo em 2015, ao termo “intolerância” para descrever situações de conflito social é um dos indicadores de como as tensões políticas desceram capilarmente para as relações interpessoais. Intolerância tem como referência o campo das

[19] Após as eleições, ouvi muitos relatos que diziam que a grande expectativa era como seria o Natal em família.

religiões (Fonseca; Adad, 2016), mas seu uso foi ampliado. Assim como família tradicional abarca vários temas em um amplo campo moral, intolerância tornou-se um termo genérico que compreende afetos sociais acentuados no *tempo da crise*, como vingança, fobia e ódio.

O termo “vingança” contra o menor infrator foi evocado no debate público em torno do projeto de redução da maioria penal, cuja legitimidade se baseou demasiadamente na temperatura da opinião pública.²⁰ “Fobia” por gerar repulsa dissimulada em relação à diversidade sexual e de gênero, podendo atingir níveis de pânico moral como a suposta “erotização das nossas crianças” que deve ser combatida pelas “pessoas de bem”. Por fim, o ódio político se manifestou na estigmatização de políticos a simples eleitores de esquerda e na criminalização dos movimentos sociais. Esses são alguns dos atuais afetos mobilizados pela lógica do inimigo: o menor infrator, o gay ou a feminista e o esquerdista. Tais afetos sociais são pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si mesmos como medida para a vida pública e, por vezes, simbólica e fisicamente agressivos com o que renegam.

Em síntese, a *onda conservadora* é um emaranhado de vários jogadores em diferentes tabuleiros e ritmos atravessado pelas linhas de força elencadas acima. Daí sugerir pensá-la como uma onda quebrada que resulta de processos sociais desiguais, assimétricos e com temporalidades distintas, mas que, na conjuntura atual, concertaram-se politicamente em torno de inimigos comuns. Por características próprias e por outras adotadas no processo eleitoral, a candidatura Bolsonaro articulou desigualmente essas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal. A candidatura de Haddad, por sua vez, também operou algumas conexões com parcelas da sociedade: o discurso da democracia, os direitos humanos, a igualdade social. Porém, entre a narrativa de combate à corrupção econômica e moral promovida nos treze anos do governo do PT e aquela informada pelos valores da democracia liberal, as urnas optaram pela primeira.

DIGRESSÃO FINAL

Retomo, para encerrar, o *tempo da democracia*.

Em 1987, um ano após a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte e um ano antes da promulgação da Constituição, Antônio Flávio Pierucci publicou um artigo na *Novos Estudos* cujo título é de imediato intrigante nos dias atuais: “As bases de uma nova direita” (Pierucci, 1987). No artigo, analisou em torno de 150 entrevistas com janistas e malufistas. Sua qualidade está em circunscrever o que chamou de uma constelação de ideias e valores políticos de direita no contexto pós-ditadura militar.

[20] Ver: <https://www.revistaforum.com.br/reducao-da-maioridade-penal-justica-ou-vinganca/>; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/boff-reducao-da-maioridade-penal-seria-uma-especie-de-vinganca-da>; e <https://facesdaviolencia.blogfolha.uol.com.br/2018/11/30/no-debate-sobre-reducao-da-maioridade-penal-e-falso-dizer-os-adolescentes-que-cometem-crimes-ficam-impunes/>.

O efeito da leitura do artigo é a percepção de que os temas controversos de hoje e do final dos anos 1980 são muito semelhantes, praticamente os mesmos. O que, de fato, se deslocou profundamente foi a configuração das legitimidades. No contexto da Constituinte, “direita”, escreveu Pierucci, era um nome que não se dizia. O famoso “voto envergonhado” em Jânio Quadros, em 1985, expressava o que era tolerado dizer publicamente no contexto da redemocratização. Hoje, no entanto, esquerda é o nome que não se diz.

O discurso do mérito e do empreendedorismo também estava na constelação da direita, mas, como hoje, não havia uma sustentação para o discurso econômico neoliberal entre janistas e malufistas. Ambos não abriam mão dos serviços públicos e esperavam muito do Estado, principalmente na área da segurança, que deveria ser, para eles, mais repressiva e punitiva: do encarceramento prolongado e sofrido à pena de morte. Esta última, no entanto, parece ter saído de pauta já há alguns anos após certa hegemonia do discurso dos direitos humanos. Contudo, o tema da redução da maioria penal tornou-se a principal bandeira punitiva com forte apoio parlamentar e popular.

Em termos de costumes e comportamentos, o problema colocado nos anos 1980, segundo o artigo, era a pornografia dos cinemas e das bancas de revistas que “poluíam” a paisagem urbana. Hoje, o mundo da internet permitiu o amplo acesso a esse material e a outras práticas sexuais de maneira mais privada. A questão que se coloca nos dias atuais é como lidar com manifestações de afeto entre casais homossexuais e performances de gênero em espaços públicos. Olhando retrospectivamente, as questões de gênero conquistaram muita visibilidade e legitimidade nas três últimas décadas no Brasil. Assim, em relação aos costumes, mais do que uma onda, houve uma reação conservadora. A julgar pelas declarações regressivas de Bolsonaro em toda a sua carreira política e durante a campanha, o problema colocado ao segmento LGBT, em especial, será como não retroagir na nova configuração de poder.

Por fim, o que mais chama a atenção no longo artigo de Pierucci é a pouca presença dos evangélicos, muito inferior à dos católicos. As referências religiosas principais para aquele momento eram a Teologia da Libertação, dom Paulo Evaristo Arns e o discurso dos direitos humanos. Contra eles praguejavam janistas e malufistas. Embora já se soubesse do crescimento demográfico dos evangélicos nos anos 1970 e 1980, eles haviam acabado de iniciar uma investida forte na política institucional na eleição para a Constituinte. Pierucci — meio sociólogo, meio profeta, e um tanto hiperbólico no uso da classificação “extrema direita” e “fundamentalista” — fez dois comentários certos sobre os parlamentares evangélicos, os quais chamou de “um bloco bem barulhento no Congresso Constituinte” na defesa intransigente

da moralidade da família tradicional, apesar do curto tempo de atuação como religião pública.

É que sua [o moralismo] penetração na massa é enormemente facilitada por sua dupla e vantajosa aliança: com a extrema direita da mídia policial e com a extrema direita evangélica, esta igualmente midiática (linhagens estas da extrema direita que também se fazem representar no parlamento) [...]. Este novo espaço sociocultural para a extrema direita, representado por denominações cristãs fundamentalistas, converge no seu anticlericalismo específico com o outro, o anticlericalismo-de-caserna-e-delegacia para acusar a arquidiocese de São Paulo de pactuar com os delinquentes através da política dos direitos humanos. (Pierucci, 1987, p. 44, grifos meus)

Lido como algo do calor da hora, o efeito final do artigo é que a constelação conservadora tem camadas mais profundas e longevas, antecedendo e ultrapassando a atuação dos evangélicos como religião pública no Brasil. Assim como nem todos os evangélicos são conservadores, deve-se igualmente destacar que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores. Dela participam também católicos, outras religiões e atores não religiosos. Contudo, este artigo procurou entender qual é a novidade para o conservadorismo no Brasil atual trazida pela expansão desse segmento religioso, que teve importância significativa na eleição de Jair Bolsonaro. Desse modo, o foco nos evangélicos se dá não como causa ou resultado do processo mais geral, mas em articulação a ele. Permanecendo na metáfora líquida, muitos evangélicos e o conservadorismo moral e político são como água dentro d'água.

RONALDO DE ALMEIDA [<http://orcid.org/0000-0003-0068-2585>] é professor do departamento de antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Ronaldo de. "Religião na Metrópole Paulista" In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 15-27, 2004.
- _____. "Religião em transição". In: Martins, Carlos B. (coord.); Duarte, Luiz F.D. (org.). *Horizontes das ciências sociais: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- _____. "A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 50, 2017.
- _____. "Deus acima de todos". In: Vários autores. (Org.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, v. 1, p. 23-33.
- Alonso, Angela. "A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial, pp. 49-58, jun. 2017.
- Beck, Stefan; Knecht, Michi. "'Crisis' in Social Anthropology: Rethinking a Missing Concept". In: Schwarz, Andreas; Seeger, Matthew W.; Auer, Claudia (orgs.). *The Handbook of International Crisis Communication Research*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2016.
- Benkler, Yochai; Faris, Robert; Roberts, Hal. *Network Propaganda: Manipulation, Desinformation, and Radicalization in American Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- Bianchi, Alvaro. "Donald Trump é fascista?". In: Almeida, Ronaldo de; Toniol, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

Recebido para publicação
em 13 de fevereiro de 2019.

Aprovado para publicação
em 20 de março de 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

113, jan.–abr. 2019

pp. 185-213

- Bruce, Steve. "El fundamentalismo en Estados Unidos". In: *Fundamentalismo*. Madri: Alianza, 2003.
- Burke, Edmund. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- Casanova, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- Castells, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*, Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- Duarte, Luiz Fernando D. "Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da presidente da República". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, pp. 145-66, 2017.
- Feltran, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2011.
- Fonseca, Alexandre Brasil; Adad, Clara Jane (orgs.). *Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.
- Geertz, Clifford. "O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder". In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Goldman, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- Hartog, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- Hochschild, Arlie Russell. *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. Nova York: The New Press, 2016.
- Huntington, Samuel. "Conservatism as a ideology" In: *The American Political Science Review*, v. 51, n. 2, Jun, pp. 454-473, American Political Science Association, 1957.
- Kirk, Russell. *Edmund Burke: redescoberto um gênio*. São Paulo, É Realizações Editora, 2016.
- Kurlantzick, Joshua. *Democracy in Retreat: The Revolt of the Middle Class and the Worldwide Decline of Representative Government*. New Haven: Yale University Press, 2013.
- Lacerda, Fabio. *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo* (tese de doutorado), Ciência Política/FFLCH, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.
- Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- Limongi, Fernando. "O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 103, pp. 99-112, nov. 2015.
- _____. "Impedindo Cunha". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial, pp. 5-13, jun. 2017.
- Mendes, Conrado Hubner. "A política do pânico e circo". In: Vários autores. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Montero, Paula. "Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 74, mar. 2006.
- Nobre, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Palmeira, Moacir; Heredia, Beatriz M. A. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n. 94, 1995.
- Pierucci, Antonio Flávio. "As bases da nova direita". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 19, pp. 26-45, dez. 1987.
- Pinheiro-Machado, Rosana; Scalco, Lucy M. "Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista". In: Solano, Esther (org.). *O ódio como política*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 53-63.
- Pinto, Céli Regina Jardim. "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)". *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, pp. 119-153, 2017.
- Runciman, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.
- Singer, André. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- Solano, Esther. "A bolsonarização do Brasil" In: Vários Autores (org.) *Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, São Paulo, Companhia das Letras, 2019.
- Souza, Josias de. "Lula tornou-se candidato ao posto de assombração do próximo presidente". Blog do Josias, 2/9/2018. Disponível em: https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2018/09/02/lula-virou-candidato-ao-posto-de-assombrao/?fbclid=IwAR18mTbWnu_tMrdtq8IuGLYsHvQOz_dVZRUSmBrJrykvQXTWyeJGhIKSDZw. Acesso em: 8/4/2019.
- Tatagiba, Luciana. "Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2012-2016)". In: Almeida, Ronaldo de; Toniol, Rodrigo (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- Tanaka, Marcela Gimenes. *O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)*. Dissertação de mestrado (Ciência Política), Campinas, Unicamp, 2018.
- Weber, Max. "Considerações intermediárias: rejeições religiosas do mundo e suas direções". In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

